

# Terras dos índios: eis a questão

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Enviado Especial

Se se iniciarem as desapropriações que permitiriam construir o novo aeroporto de São Paulo, em Guarulhos, verificou-se que a área se encontrava dentro de terras de aldeamento de índios, com uma extensão de "seis léguas em quadra", não podendo o governo paulista desapropriá-las. Foi preciso que a União renunciasse em favor do Estado de São Paulo ao domínio direto da área em questão, como medida preliminar para que se desenvolvessem as ações expropriatórias. Por outro lado, há áreas interditadas — como as existentes na serra de Tumucumaque, no extremo Norte do

País — nas quais o homem branco jamais penetrou. Essas duas situações extremas dão uma idéia da complexidade dos problemas que envolvem a definição e demarcação das terras reservadas aos índios, que somam 52 milhões de hectares.

Os recentes episódios ocorridos no Parque Nacional do Xingu e nas terras dos Pataxó, em Pau Brasil, onde funcionários da Fundação Nacional do Índio foram detidos como reféns para obrigar as autoridades a tomar algumas medidas administrativas, que incluíram a demissão do presidente desse órgão do Ministério do Interior, ressaltam a gravidade da situação nas áreas indígenas. Em nada menos de 45 delas, reconhece a Funai, "esbo-

ça-se a ocorrência imediata e futura de conflitos resultantes da falta de demarcação e regularização".

"É preciso encarar o problema com muita cautela, dando prioridade à demarcação", afirma o presidente desse órgão, advogado Jurandy Marcos da Fonseca, recentemente empossado.

Mas, como realizar esse trabalho essencial, se o valor real dos recursos destinados à Fundação Nacional do Índio vem diminuindo de ano para ano?

Em algumas das áreas "possíveis de ocorrência imediata e futura de conflitos" nota-se a infiltração de elementos estranhos à comunidade indígena, com violência nos grandes centros urba-

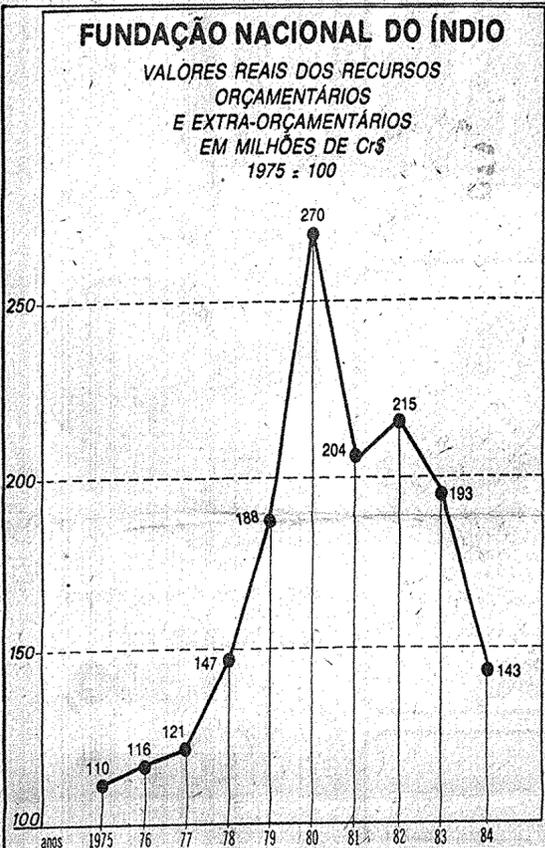
nos e não raro como estranho grau de politização. É evidente que a comunidade indígena deve ser preservada, como preceitua a Constituição, mas não é possível admitir que ela seja usada, a pretexto da defesa dos seus direitos, para que se instaure um clima de insegurança e se acentuem os antagonismos em território nacional.

Finalmente, consigne-se que não só o posseiro invade e se apropria das terras dos índios. Em Tocantinópolis, a própria prefeitura local ocupou áreas nas reservas; em Atalaia do Norte, no Parque Javari, instalou-se uma empresa colonizadora e mineradora; nas terras indígenas de Coatá e Laranjal pesquisa-se petróleo; na reserva dos índios

Waimiri e Aroará há uma lavra de minérios; em Vilhena o Incra implantou um projeto de colonização; a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, na reserva de Rodelas, tenta a transferência de índios para que em suas terras possa ser construída a barragem de Itaparica; na reserva Kayapó desenvolve-se intensa atividade de garimpo; os 36 mil hectares da reserva dos índios Pataxó, na região de Pau Brasil, estão quase que inteiramente ocupados por posseiros, alguns dos quais possuem títulos a eles outorgados indevidamente, há cerca de 30 anos, pelo próprio governo do Estado da Bahia.

Como se percebe, o problema das terras dos índios é grave

e demanda uma ação firme, cautelosa e urgente por parte das autoridades e de todos quantos possam contribuir para que a Funai chegue a integrar o índio na comunidade nacional, respeitando os seus direitos, inscritos na Constituição, e ao mesmo tempo impedindo que as questões sejam tratadas emocionalmente ou sirvam aos interesses dos que se empenham na alteração da ordem pública com objetivos políticos não democráticos. Para tanto, segundo o presidente da Funai, "é preciso promover o entendimento entre a União e os Estados, de tal forma que a comunidade indígena ganhe e leve, isto é, fique com a posse e o domínio das áreas obtidas por decisão da Justiça."



## Funai integra reservas ao País?

O presidente da Funai, Jurandy Marcos Fonseca, concedeu ao Estado a seguinte entrevista:

Estado: Depois de realizar o trabalho de demarcação de uma reserva indígena, a sua posse e domínio estão assegurados para os índios?

Jurandy: A demarcação é o ato público fundamental, pois daí por diante as medidas são unicamente de regularização jurídica e cartorial. A Constituição brasileira é muito clara: as terras habitadas pelos silvícolas são bens públicos ao seu uso exclusivo, incluindo o usufruto de todas as riquezas nelas existentes. Ademais, a Constituição estabelece a inalienabilidade dessas terras, nos termos, porém, da lei federal. Chamo a atenção, ainda, para o parágrafo primeiro do artigo 198: ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos de qualquer natureza que tenham por objetivo o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas; bem como para o parágrafo seguinte: a nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio. Realizada a demarcação, portanto, sabe-se com precisão a área sobre a qual aplicar os preceitos constitucionais, claros e inapeláveis. Daí ser essa a meta principal da Funai e o objetivo maior dos índios.

Quais as dificuldades de ordem legal e financeira para que se conclua a demarcação de todas as reservas indígenas do País?

— A principal dificuldade de ordem legal existe quando se verifica coincidência de áreas indígenas com áreas urbanas de cidades em formação, mas há sempre a considerar primordialmente o texto constitucional que favorece o silvícola. A dificuldade de ordem financeira reside no

fato de que o orçamento da Funai não vem acompanhando a inflação. Sem dinheiro não podemos cumprir com nossas responsabilidades, como pagar funcionários, adquirir utensílios, alimentos e remédios, oferecer apoio eficiente aos nossos postos de atração, reservas e parques indígenas, ajudâncias e fazendas. Não podemos fiscalizar com eficiência as áreas interditadas para a constituição de futuras reservas e assim evitar invasões. E o que é mais grave: não temos como levar avante os trabalhos de demarcação das reservas.

Quantos funcionários tem a Funai e quantos trabalham em Brasília?

A Funai tem hoje nos seus quadros 2.878 funcionários, dos quais 387 (cerca de 13%) trabalham em Brasília. Do total, 1.659 (cerca de 58%) atuam diretamente nas frentes de trabalho, em contato com os silvícolas. Não é um número grande se considerarmos a imensidão do nosso território e das distâncias consideráveis. Na verdade, precisaríamos de mais colaboradores, o que é difícil conseguir ao nível desejado como consequência dos baixos salários que podemos pagar.

Quantas frentes de atração a Funai mantém? Onde? Quando funcionários estão destacados para esse serviço especializado? São formados em antropologia?

Há frentes de atração nos Estados do Pará (Parakanã e Arara), Maranhão (Guajá), Rondônia (Uru-Eu-Au, Karijuma e Zoró), Goiás (Avá-Canoéiro) e Amazonas (Kurub). Há ainda grupos arceados e diversos etnias sem contato com a Funai nos seguintes Estados: Pará (grupos diversos), Maranhão (uma parcela dos Guajá), Rondônia (grupos diversos), Amazonas (vários grupos totalmente desconhecidos) e Roraima (vários grupos Yanomamis ainda não

contatados). A Funai mantém nessas frentes de atração cerca de 130 pessoas entre sertanistas, mateiros e trabalhadores braçais.

Qual seria a população indígena total estimada do Brasil? Qual a população em contato com a Funai?

— A população indígena brasileira é de aproximadamente 240 mil indivíduos, dos quais cerca de 170 mil recebem assistência da Funai. Ao redor de 70 mil índios formam o contingente assistido por missões religiosas ou ainda não contactados.

Na sua forma de atividade de subsistência, quantos hectares um indivíduo indígena necessita para viver, considerando a predação do meio ambiente, da flora e da fauna, terrestre e aquática, que se devem recompor depois de usufruídas?

— Responder essa pergunta se torna praticamente impossível, em vista da população indígena se constituir em povos diferenciados entre si e em relação à população nacional. Isto se dá, não só pela sua origem étnica, mas, principalmente, por manterem a língua, a religião e os costumes, isto é, uma organização sócio-política diferenciada do restante da sociedade brasileira. Não quero dizer com isso que os grupos indígenas, ou nações indígenas, como costumamos designá-los, como o desenvolvimento de trabalhos junto a essas sociedades, não sejam brasileiros. Eles próprios assim se consideram, por terem sido, os primeiros habitantes desta terra, porém esperam de nós o reconhecimento e o respeito por suas especificidades, reivindicando a manutenção da sua identidade étnica. Sobre a questão fundiária, essência da pergunta emitida, poderemos somente dizer que reconhecemos as sociedades indígenas como povos, que têm na terra não apenas uma unidade de produ-

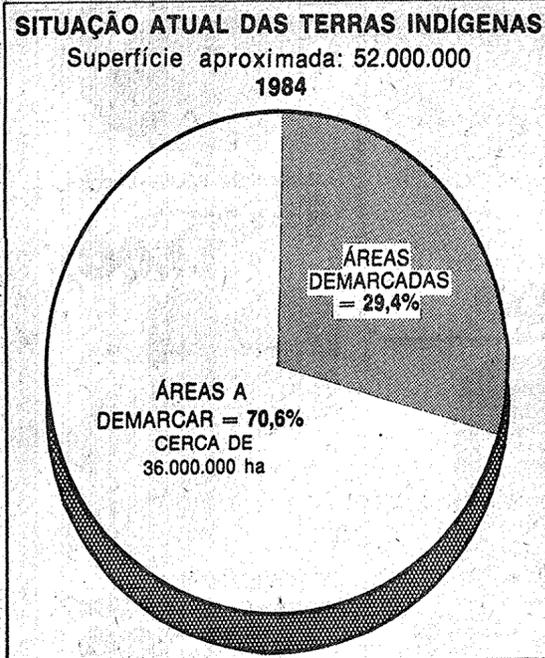
ção, mas, antes de tudo, o espaço vital para o desenvolvimento da sua organização. Por isto não falamos em depredação e sim em conservação do meio ambiente. Temos que analisar as necessidades de cada sociedade indígena de forma particular. Desta forma, temos que reconhecer os critérios utilizados pela sociedade nacional para definição da questão agrária. A perspectiva dimensional e territorial e não se pode perguntar a um povo qual o espaço mínimo necessário para que sobreviva como nação.

No seu entender, as áreas hoje destinadas às comunidades indígenas representam a justa e adequada medida das necessidades dos silvícolas?

— Quando sabemos que muitos fazendeiros possuem áreas superiores a cem mil hectares, não podemos duvidar da justiça das decisões tomadas até hoje pela Funai, que destina 52 milhões de hectares a 240 mil índios. Nunca ouvi protestos em razão dessas posses de mais de cem mil hectares, então por que contestar as decisões tomadas em favor do índio? A comunidade que representa uma nação autóctone, que necessita de área de perambulação, repete evidentemente as medidas que não levam em conta esta peculiaridade cultural básica.

A longo prazo, não correremos o risco de penalizar a coletividade brasileira como um todo, atribuindo aos índios e às suas atividades extensas áreas que poderiam contribuir intensivamente para a produção de alimentos e de outros bens essenciais?

— O objetivo da Funai é integrar o índio na comunidade nacional. Quando isso acontecer, estaremos todos irmanados, alienígenas e autóctones; no trabalho de fazer a terra produzir em benefício da nação brasileira.



### Raoni fala ao Estado

De passagem por Brasília, depois de uma visita à nação apitmagé, o cacique Raoni, chefe tucuramã, falou sobre as terras indígenas:

— Antigo presidente Otávio prometeu começar a demarcação mas não falou a verdade. Hoje o índio está esperando que o novo presidente da Funai cumpra a palavra e demarque todas as terras.

— Juruna é bom homem e defende o índio. Criou a Comissão (Comissão Nacional do Índio, constituída em 1983) e ela vai defender o índio porque tem gente séria.

— Estamos lutando porque somos como homem branco. Temos filhos e netos. Depois da nossa morte queremos que eles fiquem com nossas terras.

— Povo do Brasil todo precisa ajudar o índio a defender o que é seu. O índio não quer a terra dos outros. Índio quer a terra que é sua.



Entrada da fazenda São Lucas: terra dos pataxó ou dos posseiros?

## Um brasileiro tem 6 hectares, um indígena 200

A questão fundiária interessa de perto a todos quantos se dedicam ao estudo dos problemas ligados ao índio, assunto que suscita freqüentes conflitos de toda ordem, desde aqueles gerados pela tomada de posições científicas antagônicas (o índio deve ser atraído? Deve manter-se em contato com a cultura predominante? Deve ser aculturado?), até os que se relacionam diretamente com a posse das terras (qual a área realmente indispensável à subsistência de um indivíduo indígena não aculturado? Qual a área necessária ao índio aculturado? Como orientar as atividades dos índios de modo a oferecer-lhes meios efetivos de subsistência?).

A medida que o desenvolvimento avança pelo Interior, os problemas se agravam, como consequência das grandes pressões exercidas para que as terras indígenas passem a ser utilizadas de acordo com os padrões de economia pecuniária aos brancos: uso intensivo do solo, em atividades agropecuárias que permitam produzir alimentos em larga escala, para um número elevado de indivíduos por unidade de terra lavrada pelas máquinas ou aproveitada para manter uma criação estabelecida (mencionamos apenas os estágios mais avançados das práticas ditas civilizadas). Daí a importância da última pergunta formulada ao presidente da Funai, a qual deve ser recebida não como uma tentativa de desestabilização

do patrimônio indígena, mas sim como uma proposta para que seja feita uma apreciação franca de problemas que todos nós, de boa fé, desejamos saber resolvido de maneira humana, justa e dentro da lei. Cabe aos sociólogos e antropólogos, aos economistas, aos empresários, aos religiosos, enfim, a todos quantos têm sua atividade ligada aos índios, meditar sobre a delicada questão, para que um debate amplo possa conduzir um dia a decisões que compatibilizem as realidades de ordem cultural e econômica da coletividade predominante (130 milhões) e da coletividade indígena minoritária (240 mil).

Somente a título de informação, para que se disponham de elementos para o início de um debate da questão fundiária indígena, diríamos que o brasileiro dispõe de pouco mais de seis hectares por indivíduo (8,5 milhões de quilômetros quadrados divididos por 130 milhões), ao passo que o índio conta hoje com cerca de 200 hectares por indivíduo (52 milhões divididos por 240 mil). São números imprecisos, que servem a uma aritmética sumária, sem muito sentido se considerarmos o índio no seu estado primitivo, vivendo basicamente da coleta, da caça e da pesca, de plantas rudimentares (vide a resposta do presidente da Funai à penúltima pergunta), mas que passam a ter significado na medida em que o índio é aculturado e usa a terra adotando

algo que se aproxime da tecnologia desenvolvida pelo branco, ocupando espaços de maneira diferente da original. Hoje, a distribuição justa de terras aos índios talvez se situe na marca dos 52 milhões de hectares demarcados, mas amanhã, quando a finalidade última da Funai for alcançada ("o objetivo é integrar o silvícola na comunidade nacional"), esta cifra teria sentido?

O tema será certamente debatido no Congresso Nacional, que já conta com um representante das comunidades indígenas; na Comissão Nacional do Índio, em tão boa hora constituída; nas universidades e nas associações de empresários da agropecuária; e também no âmbito do Ministério Especial para Assuntos Fundiários e do Incra.

O que não se pode aceitar é que se multipliquem pelo território nacional os dramas vividos hoje pelos índios pataxó, na reserva de Pau Brasil, Sul da Bahia.

A área de 36 mil hectares chegou a ser demarcada, mas pouco o pouco os brancos foram expulsando os índios para estabelecer lavouras de cacau e pastagens. Alguns chegaram a obter títulos de domínio das terras dos Pataxó outorgados pelo próprio governo do Estado da Bahia; outros arrendaram áreas aos índios; outros simplesmente expulsaram-nos a bala.

As terras de posse dos índios acabaram reduzidas a três áreas: Carauri, com 20 hectares, onde vivem cerca de 150 indivíduos adultos mais crianças; Catarina Paraguassu, 1.200 hectares, 827 adultos mais crianças; e Faneão, 20 hectares, 30 adultos mais crianças.

Dos 36 mil hectares iniciais, as terras indígenas foram reduzidas a 1.240, assim mesmo porque, há dois anos, os índios se reuniram para "tomar a pulso" a Fazenda São Lucas, que corresponde justamente aos 1.200 hectares denominados reserva Catarina Paraguassu. Não fosse essa invasão, hoje acerta pela Funai, os Pataxó estariam dispersos, sem nenhuma terra, servindo como trabalhadores braçais aos fazendeiros da região.

Os ânimos estão exaltados na Fazenda São Lucas e os índios dizem que lutarão para reconquistar os 36 mil hectares que lhes pertencem, sob a liderança dos caciques Saracura, Samado e Arthur, chefes nas três comunidades. A palavra mais firme e concatenada, no entanto, é a de Nilton Muniz, que se diz representante do grupo dos Pataxó. Ele deixa transparecer nível cultural mais elevado, vivência nas cidades e certo grau de politização, ao afirmar:

— Quando frei Henrique de Coimbra celebrou a primeira missa, a maioria dos que a assistiram eram índios.

— "Estamos todos satisfeitos com o cacique Juruna, nosso representante no Congresso Nacional".

— "Não tem ninguém calmo aqui e todos precisam de apoio para que a Funai decida a situação da terra".

— "Somos mil índios adultos mais nossas crianças aqui na reserva, mas há quase 3 mil querendo entrar na terra que já é pouca".

— "A verdade está escondida atrás da mentira e o índio fica sozinho, com um bolo de barro na mão".

— "A imprensa precisa do índio porque é bom assunto. Ela faz a obrigação dela e o índio faz a obrigação dele. Trabalho só é bom quando é divulgado".

Nilton Muniz disse muito mais, embora sem saber que dali iríamos ter à Funai, para ouvir o seu presidente, Jurandy Marcos Fonseca, a respeito dos problemas surgidos na Fazenda São Lucas.

— "Na reserva Pataxó a Funai se reuniu com as lideranças e acertou que vai desenvolver um trabalho de assistência no campo da saúde, educação e agricultura. Assim, vamos procurar manter os índios nas áreas que hoje ocupam, a Fazenda São Lucas e duas outras menores, até que a Justiça se pronuncie e resolva a questão da posse das terras".

— Em quanto tempo a Funai espera definir a situação?

— "Penso que em dez ou 12 meses a Justiça se terá pronunciado".

— Pelo que tudo indica, conside-

rando inclusive as disposições constitucionais, os índios Pataxó terão ganho de causa. Como agir a Funai se isso vier a ocorrer?

— "Nossa preocupação é no sentido de que a comunidade indígena ganhe e leve, isto é, que os índios Pataxó fiquem com posse e domínio da área definida pela Justiça. Para tanto, deve haver um entendimento amplo entre a União, o Estado da Bahia e os índios.

— Poderá haver uma redução da área de 36 mil hectares da reserva?

— Desde que a comunidade indígena participe e concorde, a redução da reserva poderia ser negociada, de tal forma que todos os direitos e interesses fossem resguardados.

Ao regressarmos da reserva Pataxó avaliávamos a complexidade do problema das terras indígenas, imaginando quanta capacidade, quanto bom senso e, principalmente, quanto amor ao próximo serão necessários para que se faça justiça.

Diante dos nossos olhos estendiam-se extensas pastagens, sem árvores, numa região em parte propícia à cultura sombreado do cacau. Por que a ausência assim absoluta da mata?

A resposta talvez pudesse ser alcançada muito longe dali, nas planícies dos Estados Unidos, onde as tribos foram vencidas somente depois que o branco exterminou o elemento fundamental de subsistência do índio: o búfalo.